

Cinco imóveis são arrematados na primeira praça do XV Leilão Unificado da Justiça Federal



A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) promoveu nesta quarta-feira, dia 6, a primeira praça seu XV Leilão Unificado. Foram arrematados sete bens no valor total de R\$ 963.000,00, sendo cinco imóveis, uma vaga de garagem e uma sucata de caminhão.

A segunda praça acontece no próximo dia 20, às 13 horas, no auditório da sede da JFES, em Vitória.

As listas de bens que vão a leilão podem ser acessadas pelo link http://www.jfes.jus.br/menu/transpPub_leiloes.jsp.

Para mais informações, fale com o Núcleo de Apoio Judiciário da JFES, no (27) 3183-5074 ou 3183-5162.

JFES promove mutirão de conciliação em processos sobre FGTS

Foi realizado nestas quinta e sexta, na sede da Justiça Federal, em Vitória, mutirão de audiências de conciliação em processos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em tramitação na primeira e na quarta varas federais de execução fiscal da capital capixaba.

Foram programadas 64 audiências resididas pelos juízes federais Cristiane Conde Chmatalik e Paulo Gonçalves de Oliveira Filho.

Os resultados estão sendo computados e serão divulgados na próxima semana.

O mutirão é organizado em conjunto pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TRF da 2ª Região e pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Seção Judiciária do Espírito Santo.



JFES entrega doações da campanha para a AFECC

No dia 5 de novembro, servidores do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas da JFES entregaram à diretora de Captação de Recursos da Associação Feminina de Combate ao Câncer (AFECC), Tereza Brito, as doações obtidas com a campanha realizada nesta Seccional durante o Outubro Rosa deste ano.

A campanha partiu de sugestão da supervisora da Seção de Análise e Verificação (Seave/NCI), Maria Aparecida Baraldi de Oliveira, e marcou a adesão da JFES ao mês de alerta, principalmente às mulheres, sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

Os servidores e magistrados das Subseções do interior também participaram da campanha. Foram entregues fraldas geriátricas, biscoitos de água e sal e tipo Maria, caixas de sucos e de leite que serão utilizados por pacientes oncológicos do Sistema Único de Saúde (SUS) que estão internados ou em tratamento no Hospital Santa Rita de Cássia.

Segundo Tereza Brito, o Hospital Santa Rita de Cássia atende a pacientes do Espírito Santo, da Bahia, do Rio de Janeiro e até de Rondônia. Os pacientes do SUS contam com orientação de nutricionista e assistente social dentro do Programa de Assistência Integrada.

A AFECC, por sua vez, atua como mantenedora do Hospital Santa Rita de Cássia e hoje conta com cerca de 245 voluntários, incluindo aí toda a sua diretoria. De acordo com a diretora de captação, hoje, sua maior fonte de renda vem do bazar, que recebe doações de roupas, calçados, acessórios de boa qualidade e em bom estado para a venda. O valor obtido com a venda é revertido em suplementos alimentares, essenciais para que muitos dos pacientes possam se reestruturar fisicamente para fazer o tratamento, fraldas geriátricas, etc.

Por fim, Tereza Brito, e a gerente executiva da AFECC, Jaqueline Guerra, agradeceram aos que colaboraram com a campanha e lembraram mais uma vez da importância da prevenção e do diagnóstico precoce nos casos de câncer.



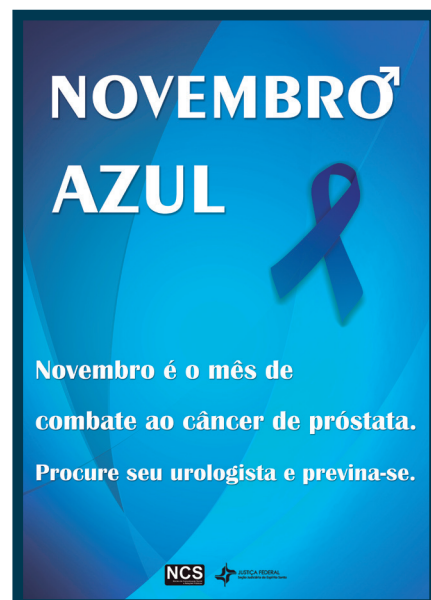
Rosa

Além da campanha de arrecadação de fraldas e alimentos, os servidores da JFES se vestiram de rosa no dia 24/10, quando aconteceu o lanche coletivo que encerrou as comemorações do Mês do Servidor em Vitória.

Depois de outubro rosa, novembro azul

O mês de outubro pintou de rosa vários prédios públicos brasileiros para conscientizar a população sobre o câncer de mama. No Novembro Azul é a vez da conscientização sobre o câncer de próstata.

Estatísticas mostram que em que 90% dos homens diagnosticados com câncer de próstata estão em fase avançada da doença. Daí a importância de alertar a população masculina para a necessidade de se prevenir. O exame deve ser feito todos os anos por homens a partir dos 50 anos de idade, mas quanto mais cedo, melhor.



Começou a 7ª Campanha Natal Feliz



Este ano, 96 crianças de zero a 12 anos (filhos dos terceirizados que atendem à JFES) aguardam por seus Papais Noéis. Um deles pode ser você! Até o dia 20/11, envie e-mail para ncs@jfes.jus.br, solicitando os dados de seu afilhado! Depois, compre um presente de Natal para ele e entregue-o ao Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) - 4º andar do prédio sede, sala 417E - até o dia 29/11.

Pode ser brinquedo, roupa, calçado, aquilo que o seu coração mandar. O valor do presente também fica a seu critério. O importante é a alegria que o seu gesto vai gerar!

Participe e faça uma criança sorrir!

Suspensão expediente no TRF2 e na SJRJ no dia 20/11

Em portaria disponibilizada hoje, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJE2R), o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Sergio Schwaitzer, determinou a suspensão do expediente no Tribunal e na Seção Judiciária do Rio de Janeiro no dia 20 de novembro de 2013, em virtude do feriado de Zumbi dos Palmares.

Os prazos que vencerem naquela data serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Leia abaixo a íntegra da portaria:

PORTARIA Nº TRF2-PTP-2013/00736 de 29 de outubro de 2013

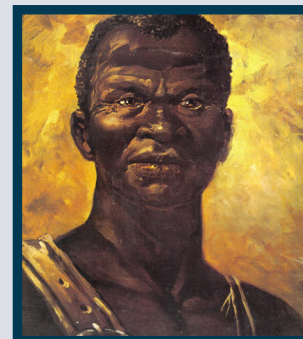
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

I - SUSPENDER o expediente neste Tribunal e na Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro no dia 20 de novembro de 2013, em virtude do feriado de Zumbi dos Palmares, instituído pela Lei Estadual nº 4.007, de 11 de novembro de 2002, do Estado do Rio de Janeiro.

II - PRORROGAR, até o primeiro dia útil subsequente, os prazos que venceriam na referida data.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

SERGIO SCHWAITZER
Presidente



3º Seminário de Filosofia & Direito entrega certificados a partir do dia 11/11

A Justiça Federal do Espírito Santo informa que os participantes do 3º Seminário de Filosofia & Direito, realizado nos dias 13, 16 e 20 de setembro de 2013, em sua sede, em Vitória, poderão retirar seus certificados, a partir do dia 11/11, de segunda a sexta-feira (apenas dias úteis), das 13h30 às 17h, no seguinte local:



Justiça Federal
Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Estágio (Sedpe), sala 103E
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória.

Apresentação musical de Hellem Pimentel e convidados revisita grandes canções

O Centro Cultural Justiça Federal – Núcleo Vitória/ES, em parceria com a JFES e com o apoio da Associação dos Servidores da Justiça Federal capixaba (Assejufes), ofereceu aos servidores da JFES mais uma atração especialíssima: a apresentação musical de Hellem Pimentel – “Voz, piano & convidados”.

O evento, que fez parte da programação do Mês do Servidor, foi realizado na tarde de 17 de outubro, no auditório da sede da JFES, em Vitória.

Com Hellem no vocal, apresentaram-se os músicos Douglas Vidal, no baixo, Raquel Rhor, no violoncelo, e Edu Szajbrum, na percussão, com participação especial do Coral da JFES, de Fabíola Bortolozo, no teclado, e sonorização de Rodrigo Tristão.

Na apresentação, a cantora e pianista Hellem Pimentel (que também é maestrina do Coral da JFES) revisitou grandes canções da música brasileira e internacional, compostas por Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Pedro Caetano, Luiz Bonfá, Gilberto Gil, Dominginhos, Marcos Valle, Herman Hupfeld, João Alexandre e Ary Barroso. A plateia ficou encantada!



Boas-vindas

Roberta Coutinho Martins é a mais nova servidora da JFES.

Ela tomou posse na tarde do dia 6/11, no gabinete do diretor do foro, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos.

Analista Judiciária/Área Judiciária, Roberta foi lotada na VF-Linhares.

Limite de patrocínio a eventos do judiciário vale também para empresas públicas*

Empresas públicas e sociedades de economia mista podem participar, no máximo, com 30% do financiamento de eventos, como seminários e congressos, promovidos por tribunais, conselhos de justiça e escolas da magistratura. Esta foi a resposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) à consulta 0001801-24.2013.2.00.0000, que levantou dois questionamentos sobre a interpretação da Resolução CNJ n. 170, de 2013: se a limitação de 30% abrange também as empresas públicas como patrocinadoras dos eventos e se a restrição vale também para eventos organizados pelas associações de magistrados.

A relatora do processo, conselheira Gisela Gondin, reconheceu que a Resolução CNJ n. 170, ao citar a restrição às empresas privadas, deixou dúvidas se a regra valeria também para empresas públicas e sociedades de economia mista. A conselheira respondeu que tribunais, escolas de magistrados e conselhos estão proibidos de receber mais de 30% de patrocínio de qualquer tipo de empresa, mesmo que seja de origem pública.

Não há limite, porém, para as associações de magistrados: as entidades podem ter seus eventos totalmente patrocinados por empresas, mas cada magistrado deve custear as próprias despesas de participação nos eventos. Somente os magistrados que forem palestrantes, conferencistas e presidentes de mesa poderão ter as despesas pagas pela organização do evento.

“O magistrado só poderá participar na condição de ouvinte ou de mero participante se custear suas despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação com recursos próprios, como, aliás, ocorre com qualquer outro profissional do direito que queira frequentar tais encontros científicos de aperfeiçoamento profissional”, esclareceu a conselheira. A resposta de Gisela Gondin Ramos foi aprovada na 178ª Sessão Ordinária do CNJ, realizada nesta última terça-feira (5/11).

Encontro defende capacitação de servidores para melhoria da prestação jurisdicional*

O fortalecimento da capacitação de servidores é fundamental para o Judiciário brasileiro enfrentar o aumento do número de processos em tramitação, que foi de 10,6% nos últimos quatro anos, tendo atingido 92 milhões em 2012. Essa foi a tônica das discussões, nesta quarta-feira (6/11), na abertura do I Encontro Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília/DF.

O encontro, dirigido a representantes das áreas de recursos humanos dos tribunais e a diretores de escolas da magistratura, termina nesta quinta-feira (7/11) e tem a finalidade de discutir diretrizes para a melhor qualificação dos servidores dos órgãos judiciais. Ele é promovido pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas em parceria com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud), ambos do CNJ.

Os trabalhos foram abertos pelo conselheiro Guilherme Calmon, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas. Participaram também da solenidade os conselheiros Rubens Curado, Flavio Sirangelo e Paulo Teixeira, integrantes da mesma comissão. O TSE foi representado pelo secretário-geral, o juiz Carlos Henrique Perpétuo Braga, e o CEAJud, pelo chefe Diogo Albuquerque Ferreira.

O conselheiro Guilherme Calmon, em sua explanação, abordou as ações desenvolvidas pela Comissão, entre elas a criação, em fevereiro deste ano, do grupo de trabalho encarregado de elaborar propostas para a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

Desde sua criação, o grupo de trabalho vem coletando, junto aos tribunais, sugestões para o aprimoramento da capacitação dos servidores. Parte dessas propostas está contemplada em uma minuta de resolução que foi distribuída aos participantes do encontro que está sendo realizado em Brasília. Nos grupos de discussão do evento, outras propostas serão apresentadas. Ao final, as sugestões que forem aprovadas na plenária serão analisadas pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, que vai elaborar proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do CNJ.

Os conselheiros presentes ao evento foram unânimes em defender atenção especial à formação e ao aprimoramento dos servidores da primeira instância de todos os ramos do Judiciário, responsável por 90% dos processos em tramitação no País. Eles também propuseram a ampliação do uso da educação a distância e o compartilhamento dos cursos entre os tribunais, com o estabelecimento de uma rede de colaboração.

*Agência CNJ de Notícias

“Transtornos do sono e seus efeitos na atividade laboral” é tema de palestra em congresso de saúde do Judiciário*

O médico especialista em Pneumologia e Medicina do Sono, Vitor Martins Codeço, ministrou palestra nesta quinta-feira (7/11), sobre os Transtornos do sono e seus efeitos na atividade laboral, durante o segundo dia do IV Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Judiciário, que acontece até o dia 8 de novembro, em Brasília. O evento é uma iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e conta com a participação de quase 500 profissionais de Saúde e Recursos Humanos que atuam na área médica no Judiciário.

O objetivo da palestra, segundo o médico, é mostrar aos participantes do Congresso a importância desse tema para a vida das pessoas. “É importante que os profissionais de saúde comecem a abordar como está a qualidade do sono com seus pacientes”, afirmou. Em relação à qualidade do sono, o especialista disse que existem duas características principais: o tempo de sono suficiente é uma qualidade de sono adequada. A quantidade média habitual, segundo ele, pode variar de 6 a 8 horas de sono, mas isso se ajusta de acordo com cada indivíduo. “Existem pessoas que precisam de mais horas de sono do que outras”, falou.

Ele explicou ainda que existem algumas técnicas para descobrir o tempo que cada um precisa dormir para se sentir bem. Uma delas é acordar naturalmente e verificar se o sono que obteve foi capaz de manter a pessoa atenta e disposta ao longo do dia. “Outra dica é dormir cada dia um horário diferente, um dia 8 horas, nos outros 7h, 6h e 5h. Com isso, será possível avaliar o tempo adequado que cada pessoa precisa para se manter bem e com a atenção completa em suas atividades”, revelou o médico. Ele mostrou, ainda, uma pesquisa da Centers for Disease Control and Prevention (CDC), realizada em 2011, que divulgou como está a qualidade do sono dos americanos. Segundo os dados, 1/3 das pessoas dorme menos de 7 horas por noite e os mais atingidos tem entre 20 a 59 anos.

Além disso, Vitor Codeço revelou que a falta de uma boa noite de sono gera consequências ruins e até mesmo fatais para o dia a dia do indivíduo, tanto nas tarefas de casa quanto do trabalho.

Entre os problemas apresentados estão: déficits cognitivos de atenção, que resultam em mau humor, má memória e falta de habilidade motora. Ele citou também outra pesquisa que expôs que 30 % dos acidentes de trânsito e de fábricas são ocasionadas por pessoas que sofrem de insônia.

A insônia causa ainda, de acordo com o médico, obesidade, problemas respiratórios, cardiovasculares e baixa imunidade. “Para oferecer um tratamento à pessoa que sofre de insônia, o médico precisa primeiramente descobrir a causa. Para isso, é necessário fazer uma avaliação global do indivíduo para depois indicar um tratamento”, explicou.

Objetivo

O Congresso tem o objetivo de promover a informação, a atualização científica e a integração entre os servidores do setor. O evento tem como metas específicas debater ações de saúde assistenciais, preventivas e atividades periciais; estimular a interdisciplinaridade nas ações relativas à saúde; divulgar experiências em projetos e trabalhos realizados e integrar os Serviços de Saúde dos diversos órgãos do Poder Judiciário. A programação conta com mesas-redondas, palestras, conferências e apresentações de temas livres, programas e projetos relativos a atividades e experiências dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário.

*Assessoria de Comunicação Social do CJF

Especialista fala sobre ergonomia em congresso de saúde do Poder Judiciário*

Na tarde desta quarta-feira (6/11), a especialista em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Polyanna Peres, proferiu palestra sobre a aplicação da ergonomia na saúde durante as atividades do IV Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário, que acontece até o dia 8 de novembro, em Brasília. O evento é realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e conta com a participação de quase 500 profissionais de Saúde e Recursos Humanos que atuam na área médica do Poder Judiciário.

A palestrante começou sua apresentação exibindo imagens de quatro situações diferentes de profissionais de áreas diversas. O intuito era questionar os participantes sobre aquilo que mais chamava atenção nas cenas. Com isso, Polyanna introduziu a discussão sobre a importância de observar a ergonomia nas relações de trabalho e a preservação da saúde do trabalhador. Segundo ela, a ergonomia enquanto disciplina científica deve ser aplicada no ambiente de produção, sobre os aspectos individuais e interpessoais de cada trabalhador.

“A ergonomia busca compreender o trabalho de modo a adaptar seus elementos e dinâmica às características e variabilidade dos indivíduos e do processo produtivo, buscando, fundamentalmente, bem-estar, segurança, produtividade e qualidade. É preciso pensar o trabalhador no seu ambiente de trabalho. Na história da Humanidade, nós sempre adaptamos as ferramentas para aquilo que precisávamos. O desenvolvimento da ergonomia sempre deve acompanhar as demandas do mundo do trabalho”, sustentou a palestrante.

De acordo com Polyanna Peres, fatores externos impactam no trabalho e na forma como o trabalhador se posiciona no seu dia a dia. “Ergonomia passa por essas questões. As evoluções tecnológicas, por exemplo, influenciaram a gênese da ergonomia enquanto disciplina e têm alterado de forma estrutural a relação homem-trabalho”, apontou a especialista, que descreveu ainda os tipos de especializações da ergonomia: física, cognitiva e organizacional. Entre os principais pressupostos da disciplina estão: a participação dos sujeitos, o caráter interdisciplinar e a análise.

“A ergonomia tem que ser transversal nas organizações, ou seja, precisa envolver e integrar diversas áreas e setores. Nós temos sempre que trabalhar a ergonomia nessas duas esferas: a do trabalhador e a das organizações. É preciso procurar saber quem é o trabalhador para promover políticas que atendam às necessidades dele e também as da organização a qual ele pertence”, conclui Polyanna Peres.

Objetivo

O Congresso tem o objetivo de promover a informação, a atualização científica e a integração entre os servidores do setor. O evento tem como metas específicas debater ações de saúde assistenciais, preventivas e atividades periciais; estimular a interdisciplinaridade nas ações relativas à saúde; divulgar experiências em projetos e trabalhos realizados e integrar os Serviços de Saúde dos diversos órgãos do Poder Judiciário. A programação conta com mesas-redondas, palestras, conferências e apresentações de temas livres, programas e projetos relativos a atividades e experiências dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário.

*Assessoria de Comunicação Social do CJF

Magistrados discutem reforma da lei de execução penal*

O debate sobre a reforma da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984) reunirá magistrados de todo o País em Curitiba/PR, onde acontecerá nesta semana o II Encontro Nacional de Execução Penal. Organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o evento promoverá, a partir de quinta-feira (7/11), a discussão de temas que envolvem a relação entre o Poder Judiciário e o sistema prisional.

Às 14 horas do primeiro dia de atividades, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sidnei Beneti falará sobre a atualização da lei que rege direitos e deveres de presos, juízes e membros do Poder Executivo responsáveis por acompanhar o cumprimento das penas no País.

Até sexta-feira (8/11), magistrados e outros integrantes do sistema de Justiça debaterão aspectos específicos da execução penal, como Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), Justiça Restaurativa e Medidas de Segurança.

*Agência CNJ de Notícias

Auditor do TCU fala sobre governança em TI em palestra motivacional no CJF*

Na tarde desta segunda-feira (4/11), o auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Cláudio Silva da Cruz, proferiu palestra motivacional sobre boa governança para boas contratações em tecnologia da informação. Organizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), o evento aconteceu no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, com a presença de servidores do CJF, da Justiça Federal, dos tribunais superiores e de órgãos do Poder Executivo.

A iniciativa, proposta pela Assessoria Técnico-Jurídica do CJF, teve o objetivo de promover a conscientização sobre a importância do planejamento de contratações que espelhem o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), bem como divulgar a relevância do trabalho multidisciplinar do planejamento dos bens e produtos de TI que serão adquiridos. A palestra foi transmitida, em tempo real, para todo o País, pela Internet.

O evento foi aberto pelo secretário-geral em exercício e secretário de Administração do CJF, Jorge Ricardo Áureo Ferreira, que assinalou a pertinência do tema: "Esta palestra foi proposta com o objetivo de destacar a importância do planejamento de contratações de TI". Segundo ele, a Justiça Federal avançou recentemente na questão ao propor um modelo de contratações de TI adaptado às necessidades e às especificidades desse segmento. "São compras e produtos de alta complexidade. Mais do que um novo processo de trabalho, o modelo é uma medida normativa definitiva", observou Jorge Áureo, lembrando que a atualização do modelo ainda será submetida à aprovação do Colegiado do CJF.

Em sua palestra, o auditor do TCU Cláudio Silva da Cruz pontuou a necessidade de adoção das práticas de governança pela Administração Pública. "A governança é onde vamos encontrar solução para as várias 'doenças' de contratações de TI. Sem uma boa governança, os riscos ainda são elevados. Ou seja, a governança tem potencial para organizar as instituições públicas, porque o Estado tem obrigação de garantir que os serviços públicos sejam adequados", explicou Cláudio Cruz. Na opinião dele, a governança no setor público compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.

De acordo com o palestrante, nos levantamentos sobre governança, a Justiça sempre aparece à frente de muitas outras instituições públicas. "É algo bonito de se ver", comentou o auditor do TCU. Segundo ele, a produção de resultados em todas as áreas de um órgão depende da tecnologia da informação. "Portanto, as contratações não são apenas responsabilidade da área de TI", ponderou Cláudio Cruz, que convidou os participantes a refletirem sobre o valor agregado dos custos dessas contratações, as quais somam um total de R\$ 18 bilhões para toda a Administração Pública. "Estamos produzindo o efeito esperado?", questionou.

Conforme levantamento realizado pelo TCU, identificou-se que a tecnologia da informação é uma área estratégica, mas à qual falta planejamento de governança, pessoal, investimento em capacitação, indicadores etc. "Nas organizações em que a liderança participa efetivamente da área é que encontramos os melhores processos de gestão", apontou. O palestrante informou que a perspectiva é de um cenário futuro positivo. "O TCU tem atuado com outros órgãos para elaboração de novas normas, para ajudar na obtenção de melhores resultados para as instituições", revelou Cláudio Cruz.

*Assessoria de Comunicação Social do CJF